

Artigo recebido em:

04.07.2019

Aprovado em:

14.07.2020

Cíntia Liesenberg

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Integrante do Mídia-ato – Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas, da mesma Instituição. Docente do Centro de Linguagem e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

E-mail: acintialie@gmail.com

Nara Lya Cabral Scabin

Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP com bolsa CAPES. Docente da Universidade Anhembi Morumbi (UAM). Integrante do Mídia-ato – Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas.

E-mail: nara.cabral@usp.br

Alteridade sem voz: a Cracolândia de São Paulo no discurso do jornalismo de referência¹

Cíntia Liesenberg
Nara Lya Cabral Scabin

Resumo

Este trabalho analisa as mediações jornalísticas construídas acerca da operação realizada por agentes das polícias Civil e Militar de São Paulo, em maio de 2017, na região central da cidade conhecida como “Cracolândia”. O episódio resultou em ampla cobertura por veículos de imprensa, que cederam espaço às falas do prefeito e de autoridades policiais, enfatizando o problema de segurança pública e supostos prejuízos econômicos decorrentes da existência da Cracolândia. Focalizamos as coberturas construídas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, considerando suas edições impressas publicadas em 22 de maio de 2017. A partir desses recortes, interessa-nos analisar, discursivamente, as representações de alteridade construídas pelas mídias jornalísticas em foco, discutindo as (in)visibilidades conferidas ao Outro.

Palavras-chave: Discurso. Jornalismo. Cracolândia.

Alterity without voice: São Paulo Crackland in the journalism discourse

Abstract

This paper analyzes the journalistic mediations built on the operation carried out by agents of São Paulo Civil and Military police at the city central region known as “Cracolândia”, in May 2017. The episode resulted in extensive coverage by press vehicles, which gave space to speeches by the mayor and police authorities, emphasizing the problem of public security and alleged economic losses resulting from the existence of Cracolândia. We focus on the coverage by *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* newspapers, considering their printed editions published in 22th May, 2017. From such frameworks, we intend to analyze, discursively, the representations of otherness constructed by the media in focus, discussing the (in) visibilities given to the Other.

Key words: Discourse. Journalism. Cracolândia.

¹Este artigo é uma versão derivada do trabalho apresentado pelas autoras no Seminário Emergências – Novas Realidades e as Mídias, organizado pelo Grupo de Pesquisa Mídia e Narrativa e realizado entre 3 e 5 de outubro de 2017 na PUC-Minas. O trabalho anterior teve como foco a cobertura do jornal *Le Monde* sobre a ação na Cracolândia relatada neste artigo, e apresenta elementos complementares ao trabalho que aqui se apresenta, em relação à abordagem da alteridade pelo discurso jornalístico.

²A nomenclatura “Círculo de Bakhtin” corresponde à forma como tem sido chamada a perspectiva teórica compartilhada pelos pensadores russos Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pável N. Medviédév; adotamos aqui essa nomenclatura dado seu vasto uso entre trabalhos de Ciências da Linguagem, embora a existência formal do Círculo e a liderança daquele de que deriva seu nome, como aponta Sheila Grillo (2012), já tenham sido vastamente questionadas. Em todo caso, o uso da denominação “Círculo de Bakhtin” se justifica como forma de referência à reconhecida convergência entre os trabalhos dos três autores e, também, como forma de lidar com a controvérsia em torno da autoria das principais obras desses pensadores.

³Segundo pesquisa de Angela Zamin (2014), investigações brasileiras e estrangeiras realizam diferentes usos da expressão “jornalismo de referência”, que se manifestam como delimitação de objetos de estudo, justificativa à constituição de corpora, estratégia metodológica ou construção teórica. Assim, embora não se trate de elementos consensuais, há características gerais que

Na manhã do dia 21 de maio de 2017, final de semana da Virada Cultural, evento oficial da cidade de São Paulo, agentes das polícias Civil e Militar realizaram a primeira grande operação do ano na região de São Paulo conhecida como “Cracolândia”, área central da cidade, o que resultou em dezenas de detidos, além de interdições e demolições de imóveis. O então prefeito de São Paulo, João Dória (PSDB), afirmou, na ocasião, que a Cracolândia teria acabado e que usaria câmeras de vigilância para evitar o retorno dos usuários de drogas.

O episódio rendeu ampla cobertura por veículos de imprensa, que cederam espaço às falas do prefeito e de autoridades policiais, enfatizando o suposto problema de segurança pública representado pela existência da Cracolândia e seu prejuízo ao comércio local, em decorrência da presença de usuários e traficantes, além de uma suposta promessa de “revitalização” da região central.

Diante disso, focalizamos, neste trabalho, as mediações jornalísticas construídas acerca da mais impactante dentre as operações realizadas pela gestão do governo de João Dória na região da cidade conhecida como “Cracolândia”. Focalizamos, em especial, a cobertura realizada sobre o tema pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* no dia 22 de maio de 2017, por identificarmos, nas matérias publicadas no dia seguinte ao episódio em questão, aspectos que se reiteram em diversos outros textos publicados ao longo da semana subsequente ao caso.

Ao analisar as mediações jornalísticas construídas sobre a operação na Cracolândia, colocam-se as implicações de uma abordagem discursiva das mídias, dada pela própria condição discursiva de nosso objeto de estudo. Consideramos esse enfoque a partir das abordagens do chamado “Círculo de Bakhtin”², destacando, dessa corrente teórica, o conceito de polifonia, como entendida por Mikhail Bakhtin (2013), isto é, enquanto combinação de vozes em um texto; para o autor, a polifonia só é efetivamente alcançada quando essas vozes não estão subordinadas à lógica organizadora de uma voz ou “consciência” central.

Ao focalizar *Folha* e *Estadão* – dois veículos representativos do chamado “jornalismo de referência”³ paulista –, adotamos uma amostragem que, desde o princípio, oferece-se como espaço provável de redução da polifonia, com marcada hierarquização das vozes apresentadas, embora faça parte das estratégias enunciativas desse tipo de jornalismo a produção de um efeito polifônico, em consonância com o princípio de pluralidade que permeia o ideário do jornalismo moderno e comparece nos principais documentos editoriais dos veículos inseridos nessa tradição. Neste sentido, não surpreende que as reportagens dos jornais em foco aqui analisadas representem os sujeitos que habitam a Cracolândia segundo uma chave de alteridade redutora e, quase sempre, notoriamente simplificadora.

Por isso, interessa-nos também apreender a articulação entre discurso e formação ideológica que norteia esse tipo de construção, uma vez que, como aponta Volóchinov em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2017), a refração da realidade operada pelo signo linguístico decorre sempre de enquadramentos processados em face da ideologia. Como veremos, o enquadramento dos indivíduos em situação de extrema vulnerabilidade social, diretamente afetados pela operação policial na Cracolândia, oscila entre a invisibilização e a visibilização segundo chaves de desajuste e descartabilidade; ora, tratam-se de escolhas estratégicas na construção dos enunciados que conferem inteligibilidade a esses sujeitos de modo a valorizar certo ordenamento social que privilegia aqueles cujas vozes são captadas pelo discurso jornalístico.

Com isso em vista, coloca-se, a este trabalho, a questão da alteridade, considerada aqui como resultante de um processo de construção discursiva em torno dos elementos simbólicos que passam a caracterizá-la, formando modelos pelos quais balizamos nossas ações e condutas diante daqueles que se apresentam no terreno do Outro. Na contemporaneidade, observamos um rol de atores que trazem à cena pública problematizações em torno da alteridade, clamando por novas visibilidades a seu respeito e colocando em cheque visadas destitutivas do Outro e das diferenças.

Como nos lembra Judith Butler (2017, p.18), quando um *ethos* coletivo passa a ser questionado ou torna-se enfraquecido, embora não seja mais compartilhado de maneira comum, ele só pode garantir sua pretensão de comunidade por meios violentos, seja por sua imposição e opressão ao que lhe é Outro, seja pelo ofuscamento daquilo que lhe afronta. Nesses termos, importam as construções que operam no terreno das mídias, como *locus* de visibilidade e circulação de determinadas construções do mundo e, portanto, também representações acerca da alteridade, atuando como elementos mediadores de nossas relações cotidianas com esse Outro e reforçando determinadas visadas que o abarcam.

A partir da identificação de como se processa a distribuição da autorização discursiva e a hierarquização de vozes dentro do espaço legitimado da enunciação jornalística, torna-se possível identificar construções discursivas e ideológicas, arranjos de poder e esquemas de percepção – discursivamente construídos – da realidade que orientam e organizam a cobertura da imprensa de referência.

costumam ser associadas ao jornalismo de referência por pesquisadores que se debruçam sobre o tema, tais como: gozar de prestígio e tradição; voltar-se para a economia, assuntos internacionais e política, com ênfase nesta última; pressupor, como público, leitores competentes do mundo público; possuir índices elevados de tiragem e circulação; e conceder importância e espaço significativos para artigos opinativos (ZAMIN, 2014).

O (não) lugar do Outro

(...) Alguém poderia ficar tentado a acreditar que essa construção teria tido anteriormente alguma forma útil e que agora ela está apenas quebrada. Mas não parece ser este o caso; pelo menos não se encontra nenhum indício nesse sentido; em parte alguma podem ser vistas emendas ou rupturas assinalando algo dessa natureza; o todo na verdade se apresenta sem sentido, mas completo à sua maneira (KAFKA, 2003, p. 43).

Com essas palavras, o narrador do conto intitulado *A preocupação do pai de família*, de Franz Kafka, refere-se à inapreensível e completamente estranha figura do “Odradek”. As tribulações narradas pelo pai de família seguem dando conta da natureza móvel da criatura, que, sem endereço certo, desloca-se entre sótãos e porões, sempre por perto, ainda que oculta na penumbra, de quem lhe ouse dirigir o olhar. O pai de família, zeloso de uma postura de razão e comedimento, admira-se do riso, do ar de infantilidade e da ausência de preocupações expressas por Odradek: algo da palavra do louco ecoa em sua voz, raramente ouvida.

Referindo-se ao conto de Kafka, o crítico Roberto Schwarz descreve a figura de Odradek como o “impossível da ordem burguesa”:

Se a produção para o mercado permeia o conjunto da vida social, como é próprio do capitalismo, as formas concretas de atividade deixam de ter em si mesmas a sua razão de ser; a sua finalidade lhes é externa, a sua forma particular é inessencial [...] Odradek, portanto, é a construção lógica e estrita da negação da vida burguesa (SCHWARZ, 1978, p. 24).

Resgatar aqui a metáfora construída por Kafka nos inspira a colocar a problemática da alteridade no caso da cobertura jornalística em foco neste trabalho. Os sujeitos que circulam na Cracolândia, com a materialidade de seus corpos desterritorializados, representam o Outro de nossa sociedade, ou, ao menos, das identidades hegemônicas em nossa contemporaneidade. Por isso, ao procurar mapear as ocorrências de discursos alheios relatados nos textos jornalísticos em foco, a partir do episódio da operação na região da Cracolândia em maio de 2017, interessa-nos compreender como se dão a ver as vozes desta que é uma alteridade de certa forma radical em relação ao ordenamento político-social/econômico em que vivemos.

É preciso considerar que as mediações construídas pelas mídias, como aponta Márcio Serelle (2016), não podem fugir a implicações éticas. A principal delas, como apresenta o autor, está relacionada à postura de cuidado e responsabilidade perante o outro. Eis por que a questão da alteridade é tão decisiva para pensarmos as práticas comunicacionais tecnologicamente mediadas: dialogando com o pensamento de Roger Silverstone (2005 apud SERELLE, 2016) e Hannah Arendt (2013 apud SERELLE, 2016), o autor nos lembra de que a comunicação deve ser uma ponte para o comum, fundada na diversidade. Por isso, de acordo com o autor, os meios de comunicação hegemônicos falham em comunicação porque “apagam” o outro, aniquilando

a diversidade, seja por meio da assimilação completa do diferente, seja por meio da incapacidade de construir humanidades partilhadas (SERELLE, 2016).

Uma forma de desafiar as representações hegemônicas sobre a Cracolândia, em geral ligadas à desumanização de sujeitos em vulnerabilidade social, residiria no gesto de dar voz a esses mesmos sujeitos, possibilitando a eles narrarem a si mesmos e conferirem sentido às suas experiências. Segundo essa perspectiva, esperamos refletir sobre a hipótese segundo a qual uma tomada verdadeiramente crítica das mídias deve partir não apenas de um exame do conteúdo dos enunciados midiáticos, mas também – e sobretudo – da análise das condições de enunciação – e as relações hierárquicas e efeitos de poder a elas atrelados.

Caminhos metodológicos

Dada a expressiva circulação e relevância no debate público representadas pelos dois veículos jornalísticos em foco neste artigo (*O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*), eles constituem uma amostra significativa do jornalismo de referência paulista e brasileiro. Além disso, dados seus elevados índices de audiência e visibilidade, esses veículos merecem uma problematização cuidadosa em relação às representações que produzem sobre populações fragilizadas e vulneráveis.

Nesses termos, entendemos as representações veiculadas pela imprensa como construções simbólicas – e, portanto, sociais – que carregam em si as características relacionadas à determinada expressão ou grupo, e cujos sentidos são partilhados por uma comunidade, sustentando as relações que nela se estabelecem (MOSCOVICI, 2008). Instituídas historicamente, as representações implicam tudo aquilo que nos cerca e tudo o que nos constitui, por isso, seu estudo torna-se tão relevante, uma vez que não há sociedade que se instaure sem as representações sociais que a sustentam.

Elemento inerente ao dialogismo discursivo, a polifonia, já citada algumas páginas atrás, revela-se fundamental à compreensão das representações e, de forma mais ampla, das mediações jornalísticas sobre o tema em foco. Por meio do conceito, esperamos passar do exame dos conteúdos – ou enunciados – jornalísticos para a discussão de aspectos dos modos de enunciação adotados pelos jornais. Uma das principais comentadoras e tradutoras de trabalhos de autores do Círculo de Bakhtin no Brasil, Sheila Vieira de Camargo Grillo propõe uma transposição de conceitos dessa perspectiva teórica à análise de textos jornalísticos. Com base nos escritos das décadas de 1920 e 1930 de Bakhtin e Volóchinov, Grillo (2005, p. 81) observa que a constituição polifônica do discurso decorre do fato de as palavras dos sujeitos estarem repletas de “palavras dos outros discursos que as precederam”.

Assim, do ponto de vista das análises propostas neste trabalho, interessa-nos mapear as formas de emergência do chamado “discurso alheio relatado” (GRILLO, 2005), isto é, as ocorrências de polifonia demarcadas no discurso jornalístico, no sentido de evidenciar processos enunciativos que confirmam determinado enquadramento ou visada na incorporação desse universo Outro, como elemento do discurso construído. Esta escolha tem por base o entendimento de que as formas marcadas de polifonia possibilitam identificar quais vozes – sujeitos e campos discursivos⁴ – o jornalismo busca dar a ver.

Durante a semana subsequente à operação policial do dia 21 de maio de 2017 (ou seja, no período entre os dias 22 e 28 daquele mês), localizamos dez matérias sobre a Cracolândia na *Folha*, enquanto *O Estado* veiculou quinze textos sobre o tema. Não obstante o relativamente elevado espaço reservado à temática em foco nos dois jornais, o teor dos textos publicados, do ponto de vista de seu conteúdo, é bastante semelhante: em todos eles, abordam-se os efeitos da operação, focos de violência, questões de segurança e saúde pública, estratégias para a recuperação dos dependentes químicos e o combate ao tráfico de drogas, bem como os interesses e disputas, no campo político, que cercam o episódio. Por isso, optamos por considerarmos aqui, como *corpus* de análise, as matérias veiculadas pelos dois jornais no dia 22 de maio de 2017.

⁴O conceito de esfera ou campo discursivo está presente ao longo de toda a obra de Bakhtin e de seu círculo: “a esfera ou o campo da comunicação discursiva é um conceito chave para compreendermos o modo de articulação entre os domínios da Sociologia, da Linguística e da Teoria Literária” (GRILLO, 2006, p. 134). Nesse sentido, é possível observar um claro diálogo entre a perspectiva de Bakhtin e a tomada do conceito de “campo discursivo” no trabalho de Dominique Maingueneau (2008), que propõe uma releitura do campo discursivo de Pierre Bourdieu. Para o linguista francês, no conjunto finito – ainda que inapreensível em sua totalidade – de formações discursivas em uma conjuntura histórico-social dada, é possível delimitar campos discursivos sobre os quais irá se debruçar o analista do discurso. Situado em uma região específica do universo discursivo, o campo é descrito como caracterizado por um conjunto de discursos de mesma função social que concorrem entre si.

Representações jornalísticas

Na data em foco, a *Folha* publicou uma única reportagem sobre o tema, no caderno Cotidiano, intitulada “Operação na Cracolândia expõe ‘guerra fria’ entre tucanos Alckmin e Doria”. Já *O Estado* publicou duas notícias, intituladas “Doria: ‘Não há possibilidade de a Cracolândia voltar’” e “Polícia prende 38 na Cracolândia e região e desmonta feira de drogas”, ambas na editoria MetrÓpole. É relevante sublinhar estas três matérias, pois, a partir delas, é possível identificar elementos que se reiteram em todo o conjunto de textos localizados.

No plano do conteúdo das matérias, é importante assinalar que todas elas apresentam um mesmo modelo de representação dos sujeitos que habitam a Cracolândia: em todos os casos, estes são enquadrados a partir de categorias semânticas associadas à ilegalidade, à criminalidade, ao vício em entorpecentes, notadamente o crack. Por conseguinte, trata-se de uma construção discursiva que compreende a presença dos sujeitos na Cracolândia como resultante unicamente do uso de drogas e do envolvimento em atividades criminosas, ou seja, de fatores e inclinação individuais que não passam por razões sociais.

É traço recorrente também nas matérias a representação dos sujeitos da Cracolândia a partir de enquadramentos ligados ao campo semântico da “loucura”, em que nuances de ausência de razão e alienação da realidade são atribuídas a essas pessoas. Na reportagem da *Folha* intitulada “Operação na Cracolândia expõe ‘guerra fria’...”, por exemplo, identifica-se o trecho: “Em meio à ação policial, a dependente Aparecida Talita Ferreira de Almeida, 24, estava sentada na calçada com um cobertor comendo restos de um mamão que encontrou no lixo. Ela disse que já não sabia mais há quanto tempo estava na cracolândia” (PAGNAM; GOMES, 2017).

Cabe ainda notar que esses sujeitos, quando representados, nunca são enquadrados a partir de categorias que expressem sentidos cívicos, vinculações políticas, comunitárias. A rigor, esses sujeitos são apresentados como “apolíticos”, e sua presença na cidade é representada a partir da chave do apartamento da vida pública – não obstante saibamos que existem movimentos organizados que atuam na Cracolândia, a exemplo da ONG A Craco Resiste, além de iniciativas ligadas a entidades religiosas que atuam por meio da formação de redes de amparo e solidariedade.

Tampouco, na cobertura dos jornais, invocam-se categorias relacionadas a traços subjetivos, identitários ou à individualização, de modo geral. Os sujeitos que habitam a Cracolândia só têm visibilidade enquanto integrantes do “fluxo”, palavra recorrente na cobertura jornalística: indivíduos sem identidade, desterritorializados, que não pertencem às dinâmicas legítimas da cidade. A própria ideia de “fluxo” remete ao que não tem lugar ou forma: no limite, é o que não tem espaço para existir. Eles – sempre “eles”, apartados de “nós” – não têm saber, não têm história, não têm memória: tudo o que têm é o crack.

Assim, não seria equivocado apontar que esses sujeitos são representados, nos jornais em foco, pela ideia-chave da “falta” – enquadramento que não constitui escolha ocasional dos jornais: sabendo que o signo linguístico constitui elemento primeiro de materialização da ideologia (VOLÓCHINOV, 2017), o sentido de “falta” ou “ausência”, valorado negativamente como caráter definidor dos sujeitos marginalizados em foco nas matérias jornalísticas, remete à própria oposição entre “atividade” e “passividade”. Ora, se a esses sujeitos que ocupam as ruas da Cracolândia “tudo falta”, nada mais justo do que serem tutelados e conduzidos pelos poderes político-econômicos da metrÓpole. Do ponto de vista de uma moralidade cristalizada em discursos circulantes, essa formação ideológico-discursiva a respeito de uma “necessidade de tutela” encontra amplo respaldo e penetração.

Vozes (des)autorizadas

No que diz respeito à incorporação de vozes alheias, as três matérias da *Folha* do dia 22 de maio apresentam traços marcantes em comum: em todas elas, são incorporados, em discurso direto, trechos de falas do então prefeito de São Paulo, João Dória, e/ou do então governador do estado, Geraldo Alckmin. Na reportagem da *Folha* e em uma das notícias de *O Estado* (Dória: “Não há possibilidade de a Cracolândia voltar”), há incorporação do discurso das autoridades políticas em forma de discurso direto no corpo do texto. No caso da matéria de *O Estado*, a referência à fala do prefeito de São Paulo aparece já na manchete.

Já *O Estado*, em matéria também do dia 22 de maio intitulada “Polícia prende 38 na Cracolândia e região e desmonta feira de drogas”, não apresenta falas em discurso direto do governador e do prefeito, porém, por meio do uso constante de referências em discurso indireto a declarações das autoridades políticas, o texto reproduz a narrativa oficial sobre a operação. Além disso, diferencia-se dos demais textos publicados nesse dia por trazer, em discurso direto, a declaração, em apoio à operação, de um representante comercial residente na região. Por meio do uso das aspas, confere-se maior verossimilhança ao uso do depoimento, que, por seu teor testemunhal, funciona como elemento extra de legitimação do discurso do campo político.

Nesse sentido, dentre os textos do dia 22 de maio, as únicas referências à fala dos sujeitos que foram “alvo” da operação policial e afetados diretamente por ela – isto é, os sujeitos em condição de vulnerabilidade social que habitam a Cracolândia – aparecem na reportagem “Operação na Cracolândia expõe ‘guerra fria’...”, da *Folha*, em dois trechos: em um deles, já mencionado neste artigo, uma mulher de 24 anos – caracterizada, pelos jornalistas, como “dependente” – afirma não saber há quanto tempo estava na Cracolândia; no outro, um homem de 35 anos, Paulo Henrique de Oliveira – que procurava, sem sucesso, ajuda dos policiais para se internar –, afirma estar na Cracolândia havia quatro meses. Nos dois casos, porém, as falas aparecem indicadas em discurso indireto, ou seja, sem preservar a forma expressiva empregada pelos enunciadores.

Além disso, no caso da fala de Paulo Henrique Oliveira, sua incorporação atende ao objetivo de comprovar a ideia central da reportagem, a saber, de que a operação havia sido marcada por diversos “atropelos”: “Nos bastidores, porém, a intervenção na ‘feira da droga’ teve problemas de comunicação, desarticulação de algumas ações e exposição da ‘guerra fria’ entre as equipes dos aspirantes à corrida presidencial pelo PSDB em 2018” (PAGNAM; GOMES, 2017). De fato, a matéria apresenta um viés crítico em relação à operação policial, dado pela constante referência dos repórteres a fontes não identificadas (uso de entrevistas em *off*) ligadas ao governo do estado.

Trata-se, portanto, de uma matéria investida de discursos oriundos do campo político. Essa espécie de “colonização” pelo campo político e suas fontes em relação ao jornalismo revela-se presente também nas matérias de *O Estado* publicadas no dia 22 de maio, ambas endossando o discurso oficial sobre o sucesso da operação e ancoradas, principalmente, no discurso do então prefeito de São Paulo sobre o episódio. A mesma vinculação a discursos do campo político apareceria ainda em diversas outras matérias publicadas em dias próximos: em 23 de maio, por exemplo, a *Folha* publicou notícia intitulada “Prefeitura de SP põe guarda para fiscalizar entrada da cracolândia”, cuja principal fonte foi o então prefeito João Dória. Ao lado do campo político (discursos de poder), destacam-se também discursos provenientes do campo jurídico e do campo acadêmico (discursos de saber), por meio da incorporação de falas de especialistas.

Não à toa, em sua imensa maioria, a incorporação do discurso relatado proveniente desses campos discursivos tidos pelo jornalismo como autorizados a falar sobre a Cracolândia baseia-se no uso do discurso direto. Como afirma Grillo, a delimitação nítida das fronteiras e o baixo grau de réplica e comentário ao discurso alheio são traços indicativos da legitimidade e superioridade hierárquica atribuídas à enunciação de outrem (GRILLO, 2005, p. 84).

Por outro lado, reinterpretando as formas tradicionais de discurso relatado descritas na gramática do português, Grillo (2005, p. 85) evidencia que “o discurso indireto é concebido como um ato simultâneo de análise e transposição do discurso alheio”, que ora preserva o discurso alheio em sua integridade semântica, mas descaracteriza-o estilisticamente (“discurso indireto analisador de conteúdo”), ora integra o estilo do discurso alheio, a fim de caracterizar sua configuração subjetiva enquanto expressão (“discurso indireto analisador da expressão”). Assim, nas raras ocasiões em que incorporam as falas de quem habita a Cracolândia, as matérias seguem a lógica do “discurso indireto analisador de conteúdo”, responsável pela manutenção de uma distância “segura” em relação à alteridade representada por esses sujeitos.

Ao mesmo tempo, não se pode desconsiderar a função do discurso alheio relatado no jornalismo como elemento “testemunhal”. Nas palavras de Grillo (2005, p.88): “A colocação em cena de discursos de envolvidos nos acontecimentos narrados, por meio do uso do discurso relatado, é um recurso produtor de um ‘efeito de veracidade’ dos acontecimentos descritos pela imprensa”. Dessa forma, o discurso relatado funcionaria como “testemunha autenticadora” do relato jornalístico.

Esse tipo de uso ocorre na já citada reportagem da *Folha* do dia 22 de maio, em que são incorporadas falas, em discurso indireto, de sujeitos que viviam na Cracolândia no momento da operação. Nesses casos, a referência ao discurso alheio não interfere na estrutura narrativa da reportagem, mas sim, atua como forma de certificar que o repórter “esteve lá” – e, de fato, dentre as matérias dos dois jornais publicadas no dia seguinte à data da operação, esta é a única em que fica evidente que o repórter cobriu os acontecimentos *in loco*, o que se pode explicar até pela proximidade geográfica entre a redação da *Folha de S. Paulo* e o local onde ocorreram as intervenções policiais.

Entre “palavra autoritária” – caso das vozes autorizadas a dar a ver a verdade – e “palavra persuasiva” – caso das vozes que, longe de serem recuperadas em sua força expressiva, são dadas a ver como forma de reforçar a legitimidade do próprio campo jornalístico como instância autorizada a narrar o “real” –, o exame das mobilizações do discurso alheio relatado na cobertura jornalística sobre a operação policial de 21 de maio permite-nos chamar a atenção para a interferência, na mediação construída pelos jornais, das relações de poder e hegemonia que engendram formas de enunciação sobre a Cracolândia, materialização de formações ideológicas que se traduzem em construções discursivas.

Nesse sentido, um paralelo pode ser traçado entre as representações em torno dos sujeitos que habitam e perambulam pelo espaço da “Cracolândia” e a proposta de se “problematizar o sentido da destituição de direitos que vigora na sociedade brasileira”, como menciona Vera da Silva Telles, ao tratar da figuração da pobreza em nossa sociedade. Segundo a autora, o debate público sobre a pobreza brasileira é “inteiramente montado sobre as evidências mais tangíveis da chamada pobreza absoluta”, relacionada a uma população de “deserdados da sorte e infelizes do destino que já estão – ou parecem estar – fora do contrato social” (TELLES, 2001, p. 57).

Implicada na trama das relações sociais, a privação de direitos põe em foco o modo como as diferenças sociais são percebidas, elaboradas e objetivadas no espaço social. Pois, o modo como direitos são atribuídos ou negados, reconhecidos ou recusados, traz inscritos, ao menos tacitamente formulados, os critérios pelos quais são discriminadas as diferenças e definidas suas equivalências possíveis, montando as regras simbólicas das reciprocidades esperadas (TELLES, 2001, p. 58).

Se, para a autora, “a noção de um modo legítimo de vida é projetada do que se imagina ser a ordem moral das classes ‘esclarecidas’, de tal modo que a pobreza é sempre vista como foco de uma incivilidade que descredencia o ‘pobre’ como sujeito de direitos” (TELLES, 2001, p. 59), tal constatação é reforçada quando atrelada aos sujeitos constitutivos do ambiente associado à Cracolândia, situado no polo extremo da destituição. Bauman (1998) contribui para a compreensão do poder simbólico dessa forma de apresentação de uma realidade precarizada e vulnerável, como a da

situação em estudo, no sentido de que tal figuração pode operar como estratégia retórica a favor das coerções sociais.

Nesses termos, cabe invocar a metáfora do jogo, trazida pelo autor, considerando a sociedade de consumo como arena para tal. Para Bauman (1998, p. 56), os jogadores incapazes e indolentes devem ser mantidos fora do jogo por serem o seu refugio, mas também um produto que o jogo não pode parar de sedimentar sem emperrar. Mais ainda, não apenas como resultado de um modo de vida que apenas os contempla como resto, sua produção se justifica pela ocupação de um lugar exemplar diante da necessidade de mostrar aos que permanecem no jogo as “horripilantes cenas” da outra única alternativa para que estejam aptos e dispostos a suportar as tensões e dificuldades geradas pela vida vivida como tal.

Nesse sentido, as representações em torno daqueles que habitam o espaço urbano conhecido como Cracolândia podem operar no reforço de uma ordem estabelecida que, além de não os contemplar efetivamente, coloca-os num papel utilitário de reforço de uma moralidade hegemônica e do sistema vigente, cuja comparação entre turistas e vagabundos não deixa de ser ilustrativa:

Quanto mais escuro o segundo plano, mais reluzente o brilho. [...] Pode-se viver com as ambigüidades da incerteza que saturam a vida do turista só porque as certezas da vagabundagem são tão inequivocamente asquerosas e repugnantes. O turista precisa de uma alternativa cuja contemplação é pavorosa demais para se manter repetindo, nas horas de tensão, que ‘não há nenhuma alternativa’. Os vagabundos, as vítimas do mundo que transformou os turistas em seus heróis, têm, afinal suas utilidades. Como os sociólogos gostam de dizer, eles são ‘funcionais’. É difícil viver em suas imediações, mas é inconcebível viver sem eles. São suas privações gritantes demais que reduzem as preocupações das pessoas com as inconveniências marginais. É sua evidente infelicidade que inspira os outros a agradecerem a Deus, diariamente, por tê-los feito turistas (BAUMAN, 1998, p.120).⁵

⁵Abordagem análoga a que se apresenta pelo olhar de Telles (2001) e Bauman (1998) é observada também no discurso jornalístico acerca de ações do chamado “terceiro setor”, conforme aponta Liesenberg (2004), em pesquisa a partir de publicações sobre a temática, nos jornais Folha de S. Paulo e Correio Popular (Campinas).

Finalmente, é necessário ainda apontar um paradoxo inerente a coberturas jornalísticas de veículos de referência como a que analisamos no presente trabalho: se, por um lado, os enunciados jornalísticos não rompem construções discursivas hegemônicas e excludentes, por outro, ao encampar a temática em questão como fato a ser noticiado, eles não deixam de permitir sua exposição e problematização em discursos circulantes no espaço público. No complexo jogo de forças que caracteriza as dinâmicas discursivas, as vozes marginalizadas da Cracolândia encontram brechas por onde existem, resistem e, em sua inevitável materialidade, não nos permitem esquecer a existência daqueles que as proferem.

Considerações finais

As coberturas construídas pela *Folha de S. Paulo* e por *O Estado de S. Paulo* acerca da operação policial de 21 de maio de 2017 na região conhecida como Cracolândia, em São Paulo, evidenciam estratégias particulares de incorporação do discurso alheio relatado. Como vimos, a voz dos sujeitos que habitam a localidade em foco, diretamente afetados pelas operações policiais na região, aparece minimamente nas matérias.

Como nos lembra Foucault (2008), assim como o acesso à palavra é em si objeto de disputas políticas, a organização do discurso se dá conforme regimes de distribuição do poder. Talvez, a raridade da ocorrência das vozes de sujeitos marginalizados na cobertura do jornalismo de referência remeta ao fato de essas vozes “escaparem” às práticas e critérios de construção da “verdade” que guiam a imprensa moderna, baseada em indicadores de impacto e relevância, visibilidade das fontes, racionalidade, correção linguística. Estamos diante de vozes que, se empregadas como elementos decisivos à organização narrativa das matérias, em sua materialidade disruptiva, poderiam colocar em crise o próprio lugar discursivo do jornalismo praticado por *Folha* e *O Estado*.

Considerando o caráter redutor de polifonia inerente a essa parcela do jornalismo, não surpreende que a voz do Outro, no caso da cobertura analisada, caiba

apenas como “pitada do real”: recurso de autenticação do discurso jornalístico. Enquanto “duplicação do real” – estratégia descrita por Grillo (2005) como o centramento da notícia no discurso alheio proferido –, a palavra dos sujeitos que habitam a Cracolândia não interessa aos jornais em foco, vista como “real insignificante”, mero ruído sem relevância.

Já a enunciação produzida no campo político, por outro lado, configura um “real” que merece ser duplicado, como vimos nos casos das manchetes acerca da operação na Cracolândia que destacam afirmações de autoridades responsáveis pela deflagração da operação de 21 de maio. Nesse sentido, os veículos analisados, ao invés de colocarem em prática a posição, consagrada na lógica do jornalismo comercial, de vigilância frente aos poderes estabelecidos – a imprensa como “cão de guarda” do Estado –, contribuem para a legitimação desses mesmos poderes.

Desse modo, discurso e ideologia – ou o discurso como materialização ideológica – contribuem para legitimar determinados modos de vida em detrimento de outros, lógica que se manifesta não apenas no conteúdo, mas também na forma de organização dos enunciados e no plano da enunciação jornalística. Nesse sentido, o esquema de visibilidade presente nas matérias do jornalismo de referência acerca de vidas desvalorizadas revela estruturas ideológicas cristalizadas em uma discursividade contemporânea que parece interditar outras possibilidades de construção e enquadramento enunciativos: costurando as oposições entre o “louco” e o “razoável”, o “viciado” e o “são”, parece atuar uma formação discursiva que organiza as percepções de mundo entre o “produtivo” e o “improdutivo”, o “útil” e o “inútil”.

Essa formação discursivo-ideológica, a serviço da preservação de interesses econômicos – como aqueles em torno dos usos possíveis do espaço do centro de São Paulo –, parece ancorar-se em “verdadeiros” de nosso tempo amplamente legitimados e resistentes. A filiação à tal perspectiva pelos jornais de referência analisados é o que rege não apenas o silenciamento de vozes de vidas “improdutivas”, ou sua desvalorização, mas o amplo espaço conferido à fala daqueles que não são mais do que porta-vozes dos interesses econômicos a propósito da “revitalização” do centro paulistano. Em suma, vemos a organização dos enunciados jornalísticos atendendo e sendo interdita por discursos político-econômicos, que atuam de forma decisiva na produção de dizeres no campo discursivo político.

Ao lado de uma crítica voltada à dimensão ideológica do discurso, a análise empreendida neste artigo permite também afirmar a importância de se constituir um duplo foco para uma crítica de mídia comprometida com o desafio da alteridade. Por um lado, há-se que considerar o “conteúdo” dos produtos midiáticos, isto é, a dimensão do “enunciado”. Ao mesmo tempo, é preciso considerar também as condições de produção do discurso, isto é, a dimensão da “enunciação”. Por meio de um olhar que considere a relação das mídias com outras esferas, bem como os modos de incorporação do discurso alheio relatado, é possível compreender as relações de poder e hierarquia mobilizadas pelo próprio ato enunciativo. Por isso, o conceito de polifonia emerge como fundamental à reflexão em torno das possibilidades de apreensão da voz do outro. A observação dessa questão nos permite afirmar que, na cobertura jornalística em foco neste trabalho, as abordagens realizadas pela *Folha* e pelo *O Estado* são marcadas pela reiteração da posição de prestígio de discursos amplamente legitimados na sociedade.

Seguindo a trilha deixada por Serelle (2016), é fundamental pensar a questão das representações de alteridade como ponto chave à constituição de uma crítica de mídia capaz de dar conta das relações de poder implicadas nos atos de discurso. Para isso, é preciso considerar (1) a importância da afirmação de representações outras em relação àquelas produzidas pelo Mesmo – nesse sentido, os jornais aqui analisados ecoam representações consagradas em discursos político-econômicos hegemônicos e afirmam o caráter supostamente deteriorado das identidades atribuídas ao (não) lugar Outro; e (2) a presentificação da voz própria voz do Outro, em sua materialidade, capaz de narrar a si mesmo e, ao tomar a palavra e constituir as próprias representações, questionar a lógica de distribuição de poder segundo a qual apenas alguns falam sobre outros.

Dar voz ao Outro, em um regime de fato polifônico, que conferisse autonomia às vozes incorporadas, poderia abrir caminho a um gesto desestabilizador de hierarquias e poderes estabelecidos. Isso porque, por um lado, o caráter afirmativo da constituição das representações, que vai além do conteúdo textual e alcança a dimensão performativa dos atos de fala, emerge como forma complexa de questionar os discursos hegemônicos sobre a alteridade. Mas não apenas isso: a atribuição de voz autônoma aos sujeitos marginalizados e em condição de vulnerabilidade de que tratam as matérias jornalísticas em foco neste trabalho significaria contestar a própria discursividade que classifica esses sujeitos como “loucos”, “improdutivos”, “desajustados”, “descartáveis”.

Se o jornalismo de referência de fato parece o espaço menos propício, dentro da produção jornalística, a tal modalidade de “revolução” enunciativa, é justamente a ele que uma crítica de mídia comprometida com o desafio da alteridade deve voltar-se.

Referências

BAKHTIN, M. M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

GRILLO, S. V. C. Discurso alheio: polifonia e apreensão. *In*: SILVA, L. A. (Org.). **A língua que falamos. Português: história, variação e discurso**. 1. ed. São Paulo: Globo, 2005, p. 73-104.

GRILLO, S. V. C. “Esfera e campo”. *In*: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 133-160.

GRILLO, S. V. C. Prefácio. A obra em contexto: tradução, história e autoria. *In*: MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-38.

HISAYASU, A.; CARVALHO, M. A. Polícia prende 38 na Cracolândia e região e desmonta feira de drogas. **O Estado de S. Paulo**, Caderno Metrópole, 22 mai. 2017, p. 16.

HISAYASU, A.; DIÓGENES, J.; CARVALHO, M. A. Dória: ‘Não há possibilidade de a Cracolândia voltar’. **O Estado de S. Paulo**, Caderno Metrópole, 22 mai. 2017, p. 17.

KAFKA, F. **Um Médico Rural**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

LIESENBERG, C. **A inserção da imprensa no discurso do terceiro setor**. Análise do Projeto Cidadão 2001 – Correio Popular e Coluna Social – Folha de S. Paulo. Dissertação de Mestrado. ECA/ USP, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2008.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2008.

PAGNAN, R.; GOMES, P. Operação na Cracolândia expõe ‘guerra fria’ entre tuanos Alckmin e Doria. **Folha de S. Paulo**, Caderno Cotidiano, 22 mai. 2017, p. B4.

RODRIGUES, A.; SALDAÑA, P.; PAGNAN. Prefeitura de São Paulo põe guarda para fiscalizar entrada da cracolândia. **Folha de S. Paulo**, Caderno Cotidiano, 23 mai. 2017, p. B3.

SANT’ANNA, E. Alguma coisa precisava ser feita na cracolândia, diz pesquisadora. **Folha de S. Paulo**, Caderno Cotidiano, 26 mai. 2018, p. B5.

SCHWARZ, R. Tribulação de um pai de família. *In*: **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 21-26.

SERELLE, M. A ética da mediação: aspectos da crítica da mídia em Roger Silverstone. **Matrizes**, v. 10, n. 2, maio/ago. 2016, p. 75-90. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/119986/117262>. Acesso em: 24 abr. 2018.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. Editora 34: São Paulo, 2001.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**, v. 2, n. 3, Porto Alegre, p. 918-942, set./dez.2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495551017008.pdf>. Acesso em: 04 Jan 2019.